

“É preciso elevar a base da educação”

Senhor vice-presidente da República, dr. Marco Maciel,
Ministro da Educação, dr. Paulo Renato,

Senhores ministros de Estado aqui presentes,

Senhores parlamentares,
Senhores prefeitos aqui presentes,
Senhor Barjas Negre, que é o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE,

Senhoras e senhores,
Mais um passo nessa área fundamental que é educação. Creio que, a esta altura, o Brasil inteiro já viu que efetivamente nós mudamos o rumo no Ministério da Educação. Mudar o rumo significa que nós vamos implementar o que a Constituição manda — parece incrível — ou seja, que os recursos do Ministério da Educação se orientem, basicamente, para o ensino fundamental. Isso não significa, de forma alguma, que o governo se desocupe, se despreocupe da questão universitária. E tal seria que um governo composto basicamente por universitários se despreocupasse da questão universitária.

Ainda ontem, numa cerimônia aqui, a respeito dos jovens cientistas, nós falávamos sobre os centros de excelência na área de ciência e tecnologia. E, seguramente, o ministério tem seus propósitos muito claros a respeito do ensino universitário.

Mas é fundamental que o Brasil todo se articule para nós darmos um grande salto no que diz respeito ao ensino primário, ao ensino fundamental. Sem ele, toda construção que se faça nos núcleos de excelência será fugaz, porque estará destinada a ser sugada pelos centros internacionais de produção cultural, porque é assim que o mundo se articula.

O problema central nosso é o de elevar a base da educação, é de formar melhor os nossos estudantes, formar, portanto, melhor os nossos professores. E nós estamos fazendo isso com muito empenho no Ministério da Educação.

Recentemente, numa solenidade semelhante a essa, nós comemorávamos aqui o fato de que na área da educação, na distribuição de livros escolares, havíamos, não apenas dobrado o número de livros distribuídos, com respeito ao ano passado, ou seja, distribuímos, neste ano, cerca de 110 milhões de exemplares, contra 56 milhões do ano passado, como o que é tão importante e significativo quanto isso, os livros foram entregues até março, em 98% dos municípios. E, crescentemente, tudo isso se faz porque há uma articulação com os prefeitos e com os governadores e uma descentralização que está avançando no Brasil.

Hoje, nós, mais uma vez, como no ano passado, distribuímos recursos diretamente à escola. Isso significa que nós estamos, efetivamente, mu-

dando a estrutura do Estado brasileiro. Fala-se muito a respeito das reformas do Estado. Algumas dizem respeito à reforma da administração pública, do funcionário, mas há outras que dizem respeito à própria maneira de como se organiza o Estado e como se encara a relação da União com os Estados e com os municípios e, sobretudo, como se torna esse complexo, um complexo que tem ligações com a sociedade. O que disse o ministro Paulo Renato aqui, há pouco, foi precisamente que, no ano que vem, nós faremos a distribuição de recursos àquelas escolas que se organizarem através das Associações de Pais e Mestres, para motivar a estruturação a nível da sociedade, para democratizar as decisões e o acesso aos recursos públicos.

Isto é reforma do Estado. Isto é a quebra do clientelismo. Isto é a quebra da corrupção. E isto é fundamental para que nós, realmente, possamos acreditar, como eu acredito, no Brasil de amanhã. O Brasil de amanhã não é só um Brasil com mais recursos, é um Brasil com recursos melhor distribuídos e melhor controlados e sem corrupção e sem que haja a necessidade da intermediação política ou pseudo-técnica, de escritórios, para avançar junto aos ministérios projetos, porque isso não serve. Mas é um Brasil que confia diretamente nos homens que foram eleitos pelo povo e que esses homens têm que saber também que nós, aqui em Brasília, e, sobretudo, as estruturas funcionais, o Ministério da Educação, não estamos aqui para ouvir os intermediários, senão para termos uma relação direta com os prefeitos e com as comunidades locais.

Isto é o que se está implementando em várias áreas no governo federal. Frequentemente, eu vejo referências, aqui: “O governo fez tal coisa porque quis beneficiar os partidos que o apóiam”, então que, na Comunidade Solidária... Vejam hoje, aqui, prefeitos de todos os partidos, sem exceção, sem exceção. Em certos casos, é fácil fazer falsas estatísticas. Como o número de partidos que apóiam o governo é quase a maioria dos partidos, é fácil dizer que a maior parte dos recursos foi para os partidos que apóiam o governo.

Mas isso é para enganar o País, para enganar o leitor, para enganar o povo. Na verdade, não foi esse o critério. O critério foi, como está sendo aqui, técnico. Não foi critério de tipo político-partidário, porque não é esse o espírito que anima o governo da República. Nós sabemos das nossas responsabilidades e elas vão muito além das responsabilidades estritamente partidárias. Nós temos um compromisso com a nação, temos compromisso com o povo desse País.

Eu queria aproveitar a oportunidade, agora que nós estamos vendo

mais um passo decisivo do Ministério da Educação, nessa área do FNDE, para agradecer ao Congresso Nacional por uma decisão tomada e que — creio — não teve até agora o registro que ela merece.

O Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que vai permitir que nós tenhamos um salário médio para os professores primários, que corresponda ao gasto anual médio por aluno, que deve ser ao redor de 300 Reais. Quanta gente eu ouvi dizer no Sul — eu sou do Sul, sou de São Paulo — que: 300 Reais! Mas nós precisamos de 1.000. Eu digo: nós não precisamos de mil não, precisamos de 10 mil, só que não temos.

E quanto é que se recebe lá, nas áreas mais carentes do Brasil? Não são 300 reais, não são nem 100 reais, é menos do que um salário mínimo. Pois bem, com a aprovação pelo Congresso Nacional dessa mudança constitucional, o governo federal vai complementar o orçamento das prefeituras e dos governos estaduais nas áreas mais carentes. Geralmente, elas coincidem com o Norte e o Nordeste, para que nós possamos efetivamente alcançar aquilo que nós desejamos, quer dizer, um patamar razoável de remuneração do professor.

Não se fez isso propondo greve, porque greve não aumenta salário. Greve perturba os que estão querendo aumentar o salário. Fez-se isso convencendo, fez-se isso discutindo. Discutindo com os professores, discutindo no Congresso — falta o Senado dar o seu voto. Eu tenho tranquilidade quanto ao voto do Senado. Quem é que ousará, a não ser por mesquinha, por vontade de ser oposição ao País e não ao presidente, nem ao governo, votar contra uma modificação na Constituição que, efetivamente, melhora a situação do ensino e sobretudo o salário do professor?

É um passo bastante importante que eu queria agradecer à Câmara pelo que fez. Eu sei que é difícil, mas nós conseguimos esta emenda que, para o meu juízo, tem tanto ou mais valor que muitas outras emendas que foram celebradas como se fossem uma grande conquista, porque foram. Mas esta diz respeito ao povo do Brasil, à educação do povo brasileiro e a um instrumento extremamente importante para que nós possamos avançar.

Agora, retornando ao tema que nos une hoje, que é do salário-educação, eu creio que as escolas poderão, como se viu até nos filmetes, destinar — como já destinaram o ano passado — recursos que são modestos, mas que são motivadores e que dizem respeito a necessidades vitais das escolas. E isso é muito importante. E tão mais importante quanto — eu também quero dizer que o salário

educação está subindo a uma taxa de 17% em termos reais, o que significa que a massa de assalariados está aumentando o seu salário real também. Está aumentando também o seu salário, 17% nominal com a inflação nesses meses de cerca de 1% ao mês, significa um aumento real efetivo, tanto da massa de salários, quanto da participação do salário-educação.

São dados positivos, são dados que alentam, porque mostram que nós estamos, no conjunto, criando condições para que o País possa avançar.

Por todas essas razões é que nós achamos que era útil, oportuno que nos reuníssemos hoje aqui para dizer: o Brasil está caminhando bem, há progressos na área da educação, há uma destinação melhor dos recursos, há uma destinação para aqueles que são os mais carentes e essa destinação se faz, com critérios transparentes e sem que haja qualquer perturbação nesse ritmo de renovação.

Queria portanto agradecer aos funcionários do ministério, aos técnicos. Queria dizer que tenho muita confiança num outro programa do ministério que é a mudança, são os parâmetros curriculares. Isto é uma revolução, assim como o que aconteceu com relação aos livros didáticos, a escolha, seleção e a recusa de livros didáticos. Isso também é um fato muito importante. Mas os parâmetros curriculares vão mostrar o cuidado que se tem na definição do conteúdo do ensino, porque não basta melhorar o salário, não basta treinar melhor o professor, não basta colocar TV na escola como nós estamos colocando, não basta dar dinheiro diretamente. É preciso ver o conteúdo do ensino. E isso vai ser um passo importantíssimo.

Tenho tranquilidade que, ao terminar este governo, esse mandato, nós vamos ter deixado a educação do Brasil num rumo irreversível porque os interesse dos alunos, dos professores, dos pais de alunos, do ministério concretizarão um caminho de tal maneira que este rumo continuará porque, evidentemente, o processo educacional demanda tempo. E a mudança requer dezenas de anos para que nós possamos, efetivamente, alcançar os níveis que nós desejamos de uma educação — não sei se de Primeiro Mundo, que mundo será o primeiro — mas uma educação que seja a educação necessária para que brasileiros tenham consciência cívica, para que eles tenham capacidade de aprender para ter uma ocupação digna e para que eles possam ter uma participação política condizente com que o País necessita. Agradeço, portanto, muito e felicito mais uma vez o ministro Paulo Renato e todos que colaboraram nesse programa e aos prefeitos que aqui estão. Muito obrigado.